

As estruturas frasais e sua aquisição por crianças brasileiras

Julieane Pohlmann-Bulla¹, Dr Ana Maria Tramunt Ibaños¹ (Orientadora)

¹Programa de Pós Graduação em Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

bullajp@gmail.com, atibanos@pucrs.br

Abstract. *Word properties follow logic presupposition inherent to each lexical entry. Children acquire the lexicon of their mother tongue, the thematic properties and item subcategorization, and relates it to the principles of X-bar Theory. This work seeks, within the scope of Government and Binding Theory (CHOMSKY, 1980), to analyze aspects of phrasal structures acquisition and their thematic relations by two Brazilian children at the very stage of linguistic production.*

Resumo. *As propriedades das palavras seguem pressupostos lógicos inerentes a cada entrada lexical. As crianças adquirem o léxico de sua língua, suas propriedades temáticas e subcategorização dos itens, e o relaciona com os princípios da Teoria X-barra. Este trabalho procura, dentro do escopo da Teoria da Regência e Ligação (CHOMSKY, 1980), analisar aspectos da aquisição de estruturas frasais e suas relações temáticas por duas crianças brasileiras em fase inicial de produção lingüística.*

Palavras-chave: aquisição; sintagmas verbais; Princípio da Projeção

1 O Princípio da Projeção

As propriedades sintáticas da linguagem não são a única observação da Teoria da Gramática. O Princípio da Projeção, um dos que maior destaque recebe de autores que discutem o modelo Princípios e Parâmetros, relaciona a descrição sintática da sentença com as propriedades dos itens lexicais, segundo Cook (1996, p.9). O autor explica que as propriedades das entradas lexicais são projetadas na sintaxe pelo Princípio da Projeção. Assim, tomando-se as sentenças:

- 1a Cristina viu o gato.
- 1b Ana gosta de ensinar.
- 1c Carol caiu.

percebe-se que em 1a o verbo é seguido por um NP, em 1b ele é seguido por um PP e em 1c ele não é seguido por sintagma algum. Isso acontece devido à propriedade lexical de cada um desses verbos. A formação das sentenças começa com o acesso ao nosso léxico mental, de acordo com Mioto (2000, p. 84) e as propriedades dos itens lexicais são exigências estruturais para o emprego de cada verbo. Então, formalizando, seguem as representações para os três tipos de verbos empregados em 1, respectivamente:

- 2a V, [__ NP]
- 2b V, [__ PP]
- 2c V, [__]

Assim, sabe-se que um verbo como *ver* precisa ser seguido por um NP, sendo:

3a * Cristina viu.

3b * Cristina viu do gato.

agramaticais. Os tipos de verbos são tradicionalmente distinguidos, segundo Haegeman (2006, p.41) como Transitivos, Bitransitivos e Intransitivos. Os verbos transitivos são aqueles que precisam de um NP como complemento e a ausência deste torna a sentença agramatical; os verbos bitransitivos precisam de um NP e um PP (por exemplo, o verbo *dar*: quem dá, dá algo NP, a alguém, PP); os verbos intransitivos são aqueles que não precisam de complementos. Um exemplo conhecido é o verbo *morrer*. Deve-se lembrar, no entanto, que as propriedades de transitividade dos verbos são específicas das línguas, ou seja, um verbo pode requerer um NP em língua inglesa e um PP em língua portuguesa. A transitividade, ou não, é universal, mas o tipo de complemento varia de uma língua para outra. Um exemplo é o verbo *casar* (a representação lógica do ato de casar). Seguem exemplos:

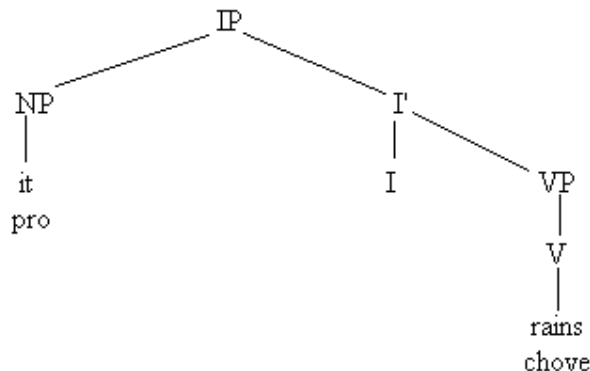
4a William is going to marry a good woman.

4b Guilherme vai casar com uma boa mulher.

Em 4a, no exemplo em língua inglesa, tem-se o verbo seguido pelo NP *a good woman*, enquanto em 4b, exemplo em português, tem-se o PP *com uma boa mulher* seguindo o verbo. Uma criança adquirindo a língua inglesa terá que aprender a categoria sintática das palavras de sua língua, mas também a subcategoria a que os verbos pertencem (HAEGEMAN, 2006, p.42), ou seja, transitivos, intransitivos ou bitransitivos, e, quando transitivos, que tipo de sintagma que devem selecionar.

Conhecer as subcategorias dos verbos não é, entretanto, uma exigência lingüística com reflexos estruturais que tenha surgido de forma arbitrária ou ilógica. As propriedades das palavras seguem pressupostos lógicos inerentes a cada entrada lexical. O tipo de ação ou estado expresso pelo verbo irá determinar sua transitividade. *Bater*, por exemplo, exige dois participantes – o que bate e o que apanha. De acordo com a Gramática Gerativa, que toma uma noção de vocábulo já antes usada pela lógica, diz-se que o verbo tem dois argumentos, um externo ao VP representado pelo NP que antecede o verbo – alguém bate, e outro interno – bate em alguém (Ver Haegeman, 2006, p.43). Já o verbo *morrer* exige só um argumento, o externo: Alguém morre.

Há verbos, no entanto, que não selecionam um argumento externo, de acordo com Raposo (1992, p.296), como por exemplo os verbos impessoais *constar* e *acontecer* e os verbos meteorológicos *chover* e *nevar*. Para estes verbos, o Princípio da Projeção não determina o preenchimento argumental da posição sujeito (RAPOSO, 1992, p.298). Embora em língua portuguesa pareça ser possível admitir que o sujeito não exista quando não se verifica projeção argumental para essa função, há outras línguas para as quais sempre existe a presença fonética de um sujeito, mesmo que sua posição argumental não esteja preenchida. A mínima diferença entre as línguas que apresentam ou não um valor positivo para o sujeito nulo não permite que a categoria sujeito seja, entretanto, excluída da regra $IP \rightarrow NP \ I'$. Assim, a representação arbórea permanece:



e o Princípio, com a obrigatoriedade da posição sujeito, é chamado “Princípio de Projeção Alargado” (CHOMSKY, 1982 apud RAPOSO, 1992). O Princípio da Projeção Alargado, de acordo com Raposo (1992, p.301), diz que “as estruturas sintáticas (...) são a projeção da estrutura temática e de subcategorização dos itens nucleares do léxico”, com a posição de sujeito do IP sendo obrigatória. Quando a posição de sujeito não tem caráter argumental, embora haja uma remoção desse sujeito nas línguas *pro-drop*, ele deixa um vestígio, o que faz com que fique garantida sua representação enquanto categoria.

O Princípio da Projeção direciona a uma simplificação do modelo gramatical e também da aquisição da linguagem, segundo Raposo (1992, p.301), pois se entende que a criança adquire o léxico de sua língua, suas propriedades temáticas e subcategorização dos itens e o relaciona com os princípios da teoria X-barra. Há uma interação de princípios que leva à aquisição das representações sintáticas. Quando um verbo exige um complemento, não só é necessário que esse complemento seja um NP ou um PP, como as representações em 2; além da sua categorização sintagmática também é necessário que ele assuma determinados papéis consoantes com suas características semânticas, ou seja, que ele tenha uma estrutura temática onde papéis sejam assumidos a fim de fechar a cadeia argumentativa do predicado.

2 A Teoria dos Papéis Temáticos

No momento em que o Princípio da Projeção determina o tipo de argumento que acompanhará um predicado, são observadas as seguintes propriedades lexicais, no modelo de Miotto (2000, p.88):

- 6a Cristina bateu no gato.
 6b bater categoria [-N, +V]
 argumentos [__ , __]
 c-seleção [NP, PP]
 s-seleção [agente, paciente]

O dicionário mental humano reconhece que bater é um verbo, que carrega dois argumentos (alguém que bate e alguém que apanha), que seleciona um NP para o primeiro e um PP para o segundo argumento, e que esse verbo terá um agente e um paciente. Essa última propriedade apresentada em 6b para bater é a seleção temática, ou seleção *Theta*. A Teoria dos Papéis Temáticos lida com relações, de acordo com Haegeman (2006, p.111). Trata-se das relações dos predicados com seus argumentos e

cabe a esta teoria explicar que elementos podem atribuir papel temático; quais podem receber; em que posições se dá a atribuição e o recebimento dos papéis; e os princípios que regulam a distribuição dos papéis *Theta* (ver Mioto, 2000, p. 89). Cada predicado tem uma estrutura argumental, de acordo com Haegeman (2006, p.44), que dirá, por exemplo, quantos argumentos ele requer. Além do número de argumentos é necessário que se saiba que papéis esses argumentos devem desempenhar. Para fins de ilustração, uma lista de rótulos normalmente utilizados para os argumentos, baseada em Duarte (2006, p. 6) :

- 7a Tema – Ex.: O jarro caiu.
- 7b Agente / Causador – Ex.: Carol derrubou o vaso.
- 7c Paciente – Ex.: Carol bateu no Jorge.
- 7d Experienciador – Ex.: Jorge está meio tristonho hoje.
- 7e Possuidor / Recipiente – Ex.: Felipe tem uma casa na praia.
- 7f Alvo – Ex.: Juquinha foi para a escola.
- 7g Instrumento – Ex.: Carlos quebrou o vidro com a pedra.

Adaptado de DUARTE, 2006, p. 6

É importante ressaltar, segundo Cook (1996, p.113), que a teoria não é focada nas diferenças entre os papéis temáticos. Ele diz que o que interessa é saber que esses papéis existem e entender a relação deles com o restante da teoria. Para sintetizar, o importante é entender que o conteúdo semântico do léxico determina a estrutura sintática através do Princípio da Projeção (HAEGEMAN, 2006, p.55).

3 Crianças Brasileiras e Estruturas Sintáticas

Para este estudo, foram verificadas as falas de 2 crianças em fase inicial da aquisição sintática, com o intuito de investigar os fenômenos da construção frasal e a disponibilidade de categorias sintagmáticas na linguagem infantil.

3.1 João

Aos 2;0, a produção lingüística de João ainda é predominantemente lexical. Ele não apresenta mais de um argumento por enunciado. Suas produções são, na maioria das vezes, nominais. As ocorrências verbais são escassas:

- 8a Ó. (1;7:21)
- 8b Dá. (1;9:15)

O verbo na fala do menino aparece geralmente na forma do imperativo e com função de tal, como se observa em 8. Em ocasiões do falar de si mesmo, João utiliza a terceira pessoa, algumas vezes no passado:

- 9a Mãe: O João vai papar? Tu quer continuar papando ainda mais um pouquinho. Cadê a bola?
- João: **Não sabe**. (1;9:1)

Verbos com flexão de primeira pessoa são registrados pela primeira vez alguns meses mais tarde, e, nesse arquivo de cerca de 200 palavras, há 4 ocorrências. Dentre elas:

- 10a Achei. (2;4:0)
- 10b Posso botar ali. (2;4:0)

Em 10b, vê-se, inclusive, um modalizador flexionado. Em outros momentos de uso de modal, João flexiona o verbo em terceira pessoa novamente:

11a Eu vai guadá. (2;7:23)

11b Eu qué mostá. (2;7:23)

Quando não há modalização, os problemas flexionais não aparecem:

12a Eu achei pecinha. (2;7:23)

12b Eu quello colo. (2;8:18)

Um contraste com 12b pode ser visto ainda no mesmo arquivo:

13 Eu qué botá. (2;8:18)

O mesmo verbo “querer” é utilizado flexionado para primeira ou terceira pessoa, de acordo com sua vizinhança sintagmática.

Somente 2 meses depois, as construções com verbos de ligação e modais se regularizam e o erro de concordância desaparece:

14a Eu tô fazendo. (2;10:5)

14b Eu vô fazê café. (2;10:5)

Aos 3 anos, João começa a concatenar idéias e construir sentenças com mais argumentos, seja através de orações coordenadas ou subordinadas:

15a Esse aqui é o bruno, ele tá pelado. (3;0:29)

15b Olha o que que eu achei. (3;0:29)

3.1.1 Discussões I

João começa a se expressar espontaneamente através do verbo imperativo. Quando simplesmente nomear os elementos do mundo parece não surtir mais o efeito esperado em sua linguagem, o menino passa a interagir com a força de estruturas como as de 8. Essas estruturas parecem desprendidas de sujeito à medida que refletem o desejo sobre a ação de outrem, uma ação que pode acontecer em um futuro próximo. Entretanto, o sujeito, na verdade, existe de forma implícita; é o sujeito “tu” que determinará a forma flexional do verbo imperativo. Na linguagem infantil de João, o verbo imperativo tem a mesma forma flexional da terceira pessoa do singular. Enquanto sintagma, pode-se dizer que verbos no imperativo compõem VPs com sujeito interno.

Na visão continuísta fraca de Vainikka (1994), é isso o que acontece. Para ela, a criança se expressa somente dentro das disponibilidades de uma categoria VP e, só mais tarde, passa a projetar as categorias mais altas como a IP e a CP. Com base na produção de João, parece que mesmo quando não há em sua fala sentenças imperativas, as estruturas dele ainda estão no nível VP, como se pode ver em 9. Poder-se-ia dizer que o desvio de concordância com a primeira pessoa é uma forma de omissão flexional?

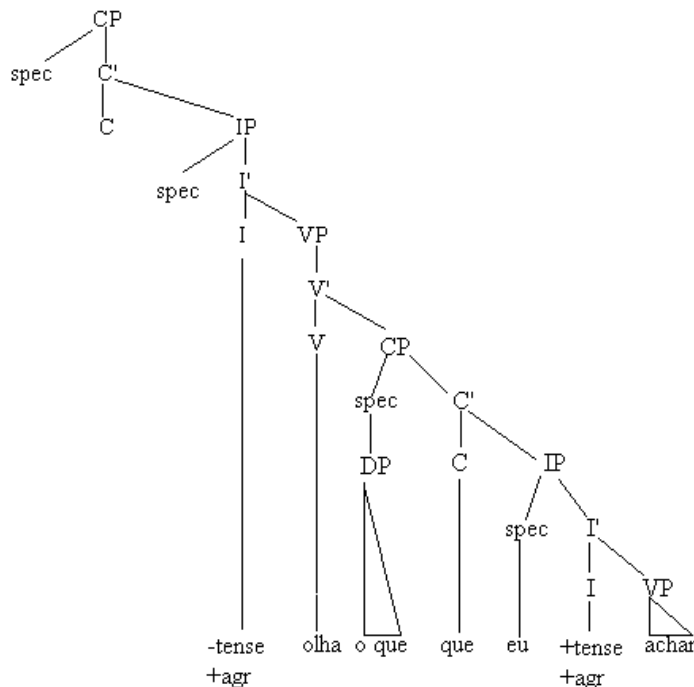
Autores que estudam a língua inglesa registram períodos de omissão flexional para a criança em estágio inicial de aquisição (cf. WEXLER, 1994 sobre *OI Stage*). Para as línguas românicas, no entanto, não há registro de um estágio em que verbos sejam utilizados no infinitivo (Salustri e Hyams, 2006). Sob essa perspectiva, quando as marcas flexionais aparecem de acordo com o sujeito, como em 10, vê-se despontar a categoria IP.

Embora já houvesse o argumento externo, mesmo que de forma implícita, a marcação desse experienciador (no caso de 10) se torna visível quando há a elevação do

sujeito para a posição de Spec do IP. A presença de outros elementos que ocupariam a posição de núcleo de IP, como os modalizadores e os verbos de ligação, passa a ser verificada só depois de João ser capaz de flexionar o verbo em primeira pessoa. A presença de um outro item funcional causa na fala do menino um apagamento da marca de concordância, como se pode ver em 14.

Aos 3 anos, a posição CP parece então estar disponível, conforme indica 15b, com duas sentenças encaixadas. Abaixo, a árvore sintática para 15b:

16



Antes dessa idade, não é registrada nenhuma espécie de complementador (C), o que é evidência para a não-existência do nível CP para João.

3.2 Tati

Estudos anteriores apontam a ordinária aceleração no desenvolvimento lingüístico de meninas quando comparadas a meninos. Isso se confirma através dos dados de Tati.

Mesmo bem antes dos 2 anos, ela constrói sentenças com argumento externo explícito:

17a Esse é o porco. (1;8:15)

17b Caiu au-au. (1;9:13)

17c Caiu o nenê. (1;9:13)

No arquivo de 1;7:17, os enunciados desta menina são na base de um único argumento explícito:

18a Abre. (1;7:17)

18b Pato. (1;7:17)

18c Qué. (1;7:17)

Nesse arquivo é encontrado um erro de projeção sintagmática:

19 Mãe: De quem é essa mão?

Tati: É papai. (1;7:17)

Outro exemplo de projeção sintagmática é verificado alguns arquivos mais tarde:

20a Mãe: Por que tu choraste?

Tati: Um menino empurrou pneu.

20b Mãe: O que fizeste depois?

Tati: Empurrou, caí. (1;10:21)

Alguns verbos como “querer” são conjugados em terceira pessoa mesmo quando o sujeito é de primeira, quase sempre para concordar ou em resposta a uma pergunta. Para essas ocorrências o sujeito nunca está explícito:

21a Mãe: Vamo vê as fotos? Qué vê?

Tati: **Qué.** (1;7:17)

21b Não qué descê.

21c Mãe: Tu já lavô o pé?

Tati: Já (l)avô.

Entretanto, a maioria das ocorrências verbais espontâneas nessa primeira etapa é composta de verbos no imperativo:

22a Abre. (1;7:17)

22b Me Dá. (1;8:15)

Os sujeitos de primeira pessoa aparecem inicialmente marcados no verbo, apenas 3 vezes antes da idade de 1;10:21, quando então se tornam regulares. Primeiros exemplos:

23a Caí. (1;7:17)

23b Achei. (1;10:21)

23c Quero vê. (1;10:21)

O sujeito explícito de primeira pessoa também aparece pouco nessa fase. Antes dos 2 anos foram registradas as seguintes amostras:

24a Eu vi. (1;10:21)

24b Eu vô passeá. (1;10:21)

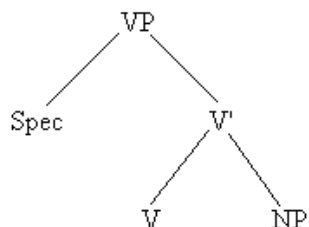
24c Eu vô vê. (1;11:18)

3.2.1 Discussões II

É evidente que todo o processo de aquisição de categorias frasais ocorre de forma mais acelerada para Tati. No entanto, ela passa pelas mesmas etapas, problemas e desafios pelos quais passa João. Sua produção verbal, inicialmente imperativa, corrobora com a hipótese de desenvolvimento gradual sugerida por Vainikka (1994). A fase dos imperativos é tratada por outros autores (cf. SALUSTRI e HYAMS, 2006) como uma fase possivelmente análoga ao estágio dos infinitivos pessoais (*OI Stage*) registrado na aquisição da língua inglesa.

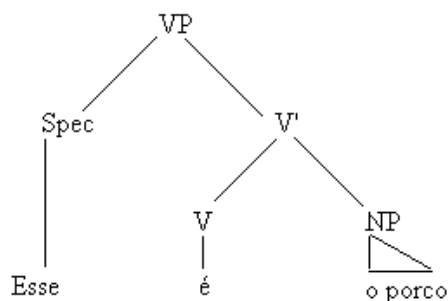
As estruturas da fala de Tati parecem também seguir o padrão VP proposto por Vainikka (1994). A autora sugere que a árvore sintática para as primeiras falas infantis seja a seguinte:

25



Então, mesmo produções que já aparecem com sujeito explícito, se enquadrariam dentro de uma projeção VP, ocupando o sujeito a posição de Spec desse VP. Abaixo, a árvore sintática para 17a:

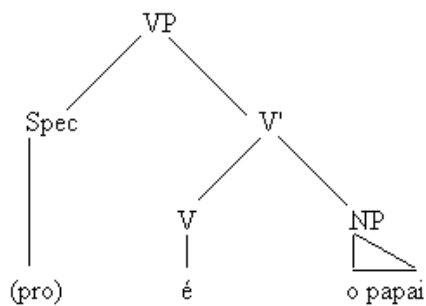
26



A não-aparição de qualquer outra concordância além da singular de terceira pessoa até a idade de 1;10:21 e o escasso uso até os 2 anos direcionam essa análise àquela sugerida por Grinstead (1998), que trata a terceira pessoa do singular como uma forma *default* não-finita para as línguas românicas. Dessa forma, problemas de concordância como os que foram registrados para João e todas as ocorrências de verbos flexionados em terceira pessoa singular, mesmo no contexto correto, seriam vistos como um uso *default*. Essa abordagem permite que as orações continuem sendo vistas encaixadas em uma estrutura VP, por certo de não parecerem ainda as crianças ter adquirido a categoria IP, e, conseqüentemente, o núcleo I responsável pelas marcas flexionais, modais e verbos de ligação.

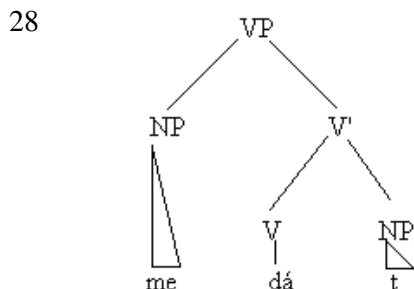
A não-disponibilidade inicial de certas categorias frasais é evidente quando se olha para exemplos como os de 19 e 20. Em 19, o sintagma preposicionado está ausente e, em seu lugar, há somente um NP. A estrutura de 19 é também de um VP puro:

27



Em 20, o contexto mostra que a menina foi empurrada pelo menino em direção aos pneus da pracinha. Ao invés de “O menino *me* empurrou *no* pneu”, Tati produz 20a. Há a omissão do argumento interno de “empurrou” e, novamente, a omissão de um PP. Os

papéis temáticos ficam bagunçados na frase e a compreensão só é possível devido ao contexto. Na frase 20a, tal qual é pronunciada por Tati, parece que o NP “pneu” é paciente e não alvo. Uma outra omissão de PP que, ao contrário de 20a, não prejudica o entendimento do enunciado é registrada em 22b. Nesse caso, foi explicitado apenas um dos argumentos internos do verbo, o objeto direto “me” que, após um movimento, ocupa a posição de Spec de VP, conforme se vê em:



Um gesto apontando ao objeto já é o suficiente para que Tati comunique de forma eficiente seu desejo.

As primeiras marcas da aquisição da categoria IP começam a aparecer na fala de Tati no arquivo em que a menina está com 1;10:21, como se pode ver em 23. Quando o verbo flexionado aparece em primeira pessoa, ele traz consigo indícios da presença de I (INFL). Os exemplos em 24b e 24c corroboram para essa afirmação, visto que contém modalizadores. Dessa forma, o sujeito sobe da posição de Spec de VP para a posição de Spec de IP. Aos 2 anos, o uso da nova categoria (IP) se torna regular para Tati.

4 Considerações Finais

De acordo com as análises das falas de João e Tati, a grande pista para desvendar o mistério da aquisição das estruturas frasais parece mesmo ser a flexão verbal de primeira pessoa. Até o momento em que ela aparece, todas as produções verbais das crianças estão na forma da terceira pessoa, que, para alguns estudiosos como Grinstead (1998), é a forma *default* das línguas românicas. A flexão em terceira pessoa também é encontrada nas produções imperativas, tão presentes no início da expressão verbal.

Os dados das duas crianças corroboram a hipótese de aquisição gradual das estruturas frasais proposta por Vainikka (1994). Nos primeiros arquivos de João e Tati não são encontradas marcas flexionais de primeira pessoa que evidenciem a elevação do sujeito para fora de VP. Tratando a terceira pessoa como a forma *default*, pode-se afirmar que as construções iniciais não contêm o traço positivo para I, ausência esta justificada pela falta de uma projeção IP.

A ausência de outras categorias sintagmáticas na fala infantil, como o caso específico da c-seleção de NPs no lugar de PPs por Tati, levantam questões para próximos estudos. Que influência a falta de uma correta seleção sintagmática pode ter na interpretação temática?

5 Referências

COOK, V. J. NEWSON, M. **Chomsky's Universal Grammar: An Introduction**, 2nd ed. Blackwell: Oxford, 1996.

DUARTE, F. B. Caso, função sintática e papéis temáticos. In: **Revista Duc In Altum**, Muriaé, Faculdade Santa Marcelina, v. 6, n. 1, 2006.

GRINSTEAD, J. **Subjects, Sentential Negation and Imperatives in Child Spanish and Catalan**. Doctoral Dissertation. University of California, Los Angeles, 1998.

HAEGEMAN, L. **Introduction to the Government and Binding Theory**. Oxford: Blackwell, 2006.

ISSLER, D. *Corpus Issler*. Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem. PUCRS.

MIOTO, C. et al. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

SALUSTRI, M. HYAMS, N. Looking for the Universal Core of the RI Stage. In.: TORRENS, V. ESCOBAR, L. **The Acquisition of Syntax in Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

VAINIKKA, A. Case in the development of English Syntax. In.: **Language Acquisition**. v.3, 257-325, 1994.

WEXLER, K. Optional infinitives, head movement, and the economy of derivations in child grammar. In. LIGHTFOOT, D. HORNSTEIN, N. **Verb movement**. Cambridge University Press: Cambridge, p. 305-350, 1994.